



Entrevista Maria Cristina Rocha Simão

Maria Cristina Rocha Simão [*]

Beatriz Marci Fagundes¹

Flávia Caroline Fidellis da Cruz²

Gabriel Benedito Machado³

Giovana Martins Brito⁴

[1] Historiadora e Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

[2] Historiadora, Mestra e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

[3] Historiador, Mestre e Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

[4] Historiadora, Mestra e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

[*] Prof. Dr. Maria Cristina Rocha Simão

Arquiteta (UFMG, 1983), Mestre em Geografia (UFMG, 2000) e Doutora em Urbanismo (PROURB/UFRJ, 2016). Professora Titular aposentada do IFMG Campus Ouro Preto, onde atuou no curso de Tecnologia em Conservação e Restauro desde o ano de 2006 e no curso de Especialização em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural, sendo coordenadora entre os anos de 2018 a 2022. Foi também Diretora de Graduação e Pós-Graduação no período de 2009 a 2013 na mesma instituição. Foi pesquisadora do Laboratório de Direito e Urbanismo (LADU/UFRJ). Foi Diretora de Promoção e Extensão da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP) e docente no departamento de Arquitetura da Universidade FUMEC. Atuou como técnica em preservação do patrimônio cultural pelo IPHAN durante 12 anos e sócio da empresa *Gratiae Urbs Consultoria*. Possui vasta experiência em Arquitetura e Urbanismo, com foco na preservação de núcleos urbanos, gestão, restauro, direito à cidade e interfaces entre intervenção urbana e turismo. Recentemente, lançou o livro *Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: Entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio* (2025), como resultado das pesquisas desenvolvidas em sua tese de doutorado.

- **Gostaríamos de iniciar solicitando que você compartilhe sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional. Ao longo desse percurso, quais experiências, encontros, instituições ou questões foram decisivos para sua aproximação com o patrimônio cultural?**

Nasci em Barbacena/MG e morei lá até os meus 18 anos. Minha família era muito unida, éramos quatro filhas, meu pai funcionário público municipal e minha mãe professora de escola pública “primária”, o que hoje corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Vivi infância e adolescência tranquilamente, numa cidade interiorana, a despeito da ditadura militar que assolava o país.

Ainda nova decidi que queria fazer Arquitetura, sem nunca ter convivido com profissionais da área ou tampouco conhecer o exercício da profissão, e assim me mudei sozinha para Belo Horizonte, ao final dos anos 1970, para estudar na UFMG. Me encantei pela profissão desde o começo e, principalmente, pela questão da cidade e do urbanismo. Sempre me impressionaram os grupos que pesquisavam e lidavam com a questão urbana. Me formei planejando trabalhar especificamente com urbanismo, mas logo fui admitida no IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], à época Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cuja gestão era feita pela Fundação Nacional Pró-Memória/FNpM.

Assim, foi somente em 1984, já servidora da FNpM, que comecei a compreender o que significava patrimônio “histórico e artístico”, já na dureza do trabalho institucional, na medida em que na Universidade, à época, esse tema praticamente não era abordado. Eram muitos professores modernistas, que focavam na produção da arquitetura como construção, e o patrimônio era ainda pouco valorizado. Fui vivendo e aprendendo sobre a questão patrimonial, mas sempre com interesse mais voltado às cidades; me agradava e instigava atuar junto às cidades patrimonializadas, apesar de trabalhar também com monumentos, obras e projetos.

Assim, na minha carreira no IPHAN, caminhei visando atuar preferencialmente na questão urbana. Minha experiência no Instituto durou 12 anos: atuei como responsável pelo Escritório Técnico em Diamantina num curto período, logo retornando para Belo Horizonte, sede da Superintendência Estadual; entretanto, permaneci dando assistência às cidades tombadas: São João del-Rei, Tiradentes, Diamantina e Serro e, por fim, Ouro Preto.

Em 1993, ainda como servidora do IPHAN, me mudei para cá [Ouro Preto], com família formada, filhos pequenos, e aqui estou até hoje. No escritório técnico trabalhei com uma equipe muito interessante, em parceria com a Prefeitura, e tivemos a oportunidade de elaborar o Plano Diretor, que

resultou num planejamento ainda embrionário, sucinto, mas muito denso, aprovado em 1996. Nessa interface entre patrimônio e cidade, e também em conjunto com a Prefeitura, iniciamos o processo de discussão e elaboração de diretrizes para a aprovação de projetos arquitetônicos para o núcleo urbano tombado de Ouro Preto, uma rica experiência!

Em 1996 me exonerei do IPHAN e ingressei no Mestrado de Geografia, também na UFMG. Eu queria ter uma visão mais ampliada do território, entender outros significados, outros olhares. Nesse momento, constitui uma empresa de consultoria na área de patrimônio e planejamento urbano, na qual atuei durante 9 anos. Ao longo desse período cursei o mestrado, e desenvolvi minha dissertação com foco na questão das cidades preservadas em intersecção com o turismo, pois minha experiência como consultora se deu intensamente na interface entre planejamento urbano, patrimônio e turismo. Também atuei na elaboração de Planos Diretores, como o de Mariana, aprovado em 2002, primeiro Plano Diretor de uma cidade tombada pós Estatuto da Cidade. Foi uma experiência muito interessante, onde buscamos compreender o Estatuto da Cidade frente às complexidades de uma cidade tombada e com grande atividade minerária.

Foi nesse período que comecei a dar aulas, num momento em que já acumulava uma boa experiência profissional. Comecei na FUMEC [Fundação Mineira de Educação e Cultura] e posteriormente ingressei no então CEFET [Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais], aqui [em Ouro Preto], para o recém-criado curso de Conservação e Restauro. A atuação docente muito me agradou, me levando a dedicar à vida acadêmica.

Como consequência de toda experiência acumulada, dos estudos e pesquisas sobre o patrimônio urbano, decidi me arriscar em um doutorado, desta vez na UFRJ, no Programa de Urbanismo. Nesse momento, eu tinha muitas questões que queria discutir e investigar, com destaque sobre a relação dos moradores com os lugares patrimonializados, especialmente os núcleos urbanos mineiros protegidos desde o início do século XX. Como os moradores percebam e viviam esses lugares? Como se relacionavam com eles? Foi nessa direção que desenvolvi minha tese, pesquisando a vivência e apropriação dos moradores com as cidades patrimonializadas.

Aí completou o tempo para me aposentar! Aposentei-me em 2023 e, a despeito de muitos e variados planos, tenho conciliado a aposentadoria com trabalhos de consultoria.

Bem, como relatado, minha vida profissional tem sido de total dedicação e estudos às cidades e seu patrimônio, seus conflitos e consensos, por diversos olhares, que passam pela prática profissional, pelas pesquisas e pela docência.

- **Então, aproveitando que você foi contando um pouco dessa sua trajetória, gostaria de te perguntar o seguinte: ao longo desses anos de trabalho, como você percebe que as noções de território, memória e paisagem foram sendo ressignificadas? Tanto pelas instituições e pelos pesquisadores, mas também pelos próprios moradores desses lugares. Como você observa essa construção e, até a mudança, dessas formas de pensar o patrimônio cultural?**

Minha trajetória e experiência profissional me levam a analisar e focar as cidades tombadas no início do processo brasileiro de patrimonialização, principalmente as mineiras. Minha vida como pesquisadora sempre teve um caráter muito pragmático. O início da minha trajetória profissional no IPHAN e, depois, como consultora e professora do IFMG, instituição de ensino muito ligada à dimensão prática, me proveram com boas doses de vida real. Minhas pesquisas vieram como complemento dessa vivência profissional. Desde minha primeira experiência profissional no IPHAN, o que eu observava era um conflito muito grande na relação dos moradores com o próprio território.

Havia, e talvez ainda haja, uma certa incompreensão de que esse território nos pertence no melhor sentido da palavra: não como posse, mas como algo que faz parte da nossa vida. Somos nós, como cidadãos, que traçamos caminhos para esse território, principalmente o território urbano, esse espaço onde colocamos os pés, onde vivemos, onde construímos nossas relações.

No início, era possível observar que os conflitos dos moradores em relação ao seu acervo patrimonializado, esse território das cidades extensivamente protegidas, eram muito grandes. Acredito que o sentimento de pertencimento e a capacidade de enxergar esses lugares como nossos, em certa medida, foram muito rompidos pelo período da Ditadura Militar, que induziu a uma outra relação entre nós, brasileiros, com o nosso território, o nosso lugar. Não tem como separar a vida política da vida cidadã, da vida cotidiana. Podíamos perceber um processo de descolamento, até mesmo de desapropriação desses lugares. Mas, à medida que os anos foram passando, especialmente com a redemocratização e a retomada dos direitos cidadãos, essa relação foi se alterando.

Claro que estou falando aqui sob uma abordagem, dos cidadãos e cidadãs, mas é preciso traçar um paralelo com o mercado imobiliário, e como as nossas cidades são sequestradas por essa lógica. Elas acabam sendo dominadas pelo valor de troca, usando uma expressão do [Henri] Lefebvre. Isso continua sendo muito forte e não podemos ser ingênuos ao imaginar que, ao longo desses anos, nós cidadãos, simplesmente nos reapropriamos dos nossos lugares e que ficou tudo bem. Não ficou. Existe um conflito permanente. Existem muitas outras camadas nessa discussão entre valor de troca e valor

de uso. Mas acho que algo importante mudou: houve, ao longo desses anos, uma retomada das ruas. Seja nas manifestações contra a Ditadura e pelas Diretas Já, seja nas mobilizações políticas posteriores, ou mesmo na ocupação das ruas por eventos culturais e de lazer. Tudo isso alterou, em alguma medida, a nossa relação com a cidade.

É importante entender que esses lugares antigos, os nossos espaços patrimonializados, se prestam muito bem a essa dimensão lúdica, que a cidade pode nos oferecer como experiência de convivência, cultura e lazer. Vou falar de Ouro Preto, porque é a minha vivência cotidiana: o Carnaval, a celebração da Semana Santa, e outros tantos eventos, são experiências profundamente ligadas à rua. Isso também acontece em Diamantina, por exemplo, com a Vesperata.

Esses lugares se conectam ao lúdico, ao lazer e à cultura, respondem e cumprem muito bem esse papel. Então, vejo que há sim uma transição, um processo de reapropriação e também de compreensão, ainda que de forma embrionária, de que é um direito nosso ter a cultura, a memória e a história preservadas. E esse direito precisa ser garantido também pelo Estado, por políticas públicas e regulamentações urbanas capazes de fazer frente à especulação imobiliária e ao sequestro do território pela lógica do mercado. É uma transformação com um caminho ainda longo a percorrer, mas existente.

Faço um recorte importante: minha experiência, minhas pesquisas e meus estudos sempre estiveram relacionados às cidades pequenas e médias com acervo patrimonializado. Acredito que ter um olhar para essas cidades é também responsabilidade nossa, como pesquisadores: investigar e compreender esses lugares, muitas vezes invisibilizados frente aos grandes centros urbanos.

- **Considerando que esta edição do dossiê parte justamente da compreensão das paisagens enquanto espaços de disputas atravessado por relações de poder e resistência, gostaria de te perguntar: dentro da sua área de pesquisa, especialmente voltada para Minas Gerais e para as pequenas cidades patrimonializadas, quais temas ou questões você acredita que ainda permanecem lacunares? Apesar da ampla produção já existente, onde acha que ainda vale a pena debruçar o olhar investigativo?**

Uma questão importante é compreender como esses espaços patrimonializados se inserem nas nossas cidades e como se dá essa relação, esse processo de apropriação. Depois que concluí o doutorado, comecei a desenvolver algumas pesquisas com populações das regiões periféricas de Ouro Preto. Na pesquisa de doutorado, realizei um estudo absolutamente qualitativo. Embora eu tenha

entrevistado pessoas dessas áreas periféricas, a maior parte dos entrevistados estava concentrada na região central da cidade.

O que percebi é que esses processos de apropriação são muito diversos. Em Ouro Preto, especificamente, segundo as pesquisas que realizei, existe um entendimento de que a existência do patrimônio indica corresponsabilidade pelas vulnerabilidades vividas pelos moradores das regiões periféricas. Ou seja, como a área central é reconhecida e consagrada, muitos acabam por ter a percepção de que as áreas periféricas ficam esquecidas e invisibilizadas.

Ao mesmo tempo, é interessante notar que isso não elimina a importância e a dimensão afetiva que o patrimônio tem na vida desses moradores. Quando, nas entrevistas, eu abordava a relação de afeto e apreço pelos lugares antigos, era quase unânime: havia um orgulho muito grande de morar aqui [Ouro Preto], um orgulho de pertencer à cidade e um reconhecimento da relevância desse patrimônio em suas vidas.

Mas, quando a conversa versava sobre a vida cotidiana, ao acesso aos serviços, aos investimentos públicos e à percepção sobre as políticas urbanas, surgia um sentimento de desigualdade em relação ao que era feito e disponibilizado para os moradores das periferias em contraposição aos do centro. Muitos entendiam que, por existir um patrimônio turístico concentrado no centro, os recursos, investimentos e políticas públicas acabavam sendo direcionados prioritariamente para essa área.

É muito interessante perceber que isso não é tão diferente do que acontece em outros lugares e em outras cidades. Os moradores das periferias vulnerabilizadas também costumam se sentir preteridos em relação às áreas formais, às áreas legalmente consolidadas e, muitas vezes, ocupadas por populações mais ricas. Esse é um processo que, infelizmente, está ligado à nossa desigualdade socioespacial urbana e se reflete no cotidiano das pessoas.

O que se soma, nas cidades patrimonializadas, é uma sensação específica de exclusão relacionada ao patrimônio. E isso é interessante porque, se olharmos para outras cidades do Brasil, onde os centros antigos foram esvaziados, talvez encontremos esse sentimento localizado dentro da cidade antiga. Em Minas Gerais, no entanto, onde os centros antigos geralmente permanecem mais valorizados em relação às periferias, se produz uma outra relação devido ao sentimento de privilégio dos lugares “históricos”.

Então, podemos entender que essa percepção não é consenso, e essa dicotomia não aparece da mesma forma em todas as cidades que possuem centros preservados e patrimonializados. Há lugares mais gentrificados, o que não é exatamente o caso de Ouro Preto. Não consideramos Ouro Preto um centro gentrificado, embora isso possa vir a acontecer, caso não sejam tomadas

determinadas providências. É diferente, por exemplo, de Tiradentes que realmente possui um centro antigo gentrificado. Mas se pensarmos em cidades antigas cujo centro está esvaziado e empobrecido, a relação pode até ser invertida.

No caso de Ouro Preto, há uma percepção de exclusão. Essas populações se sentem excluídas do direito à cidade, embora, claro, esse não seja exatamente o vocabulário utilizado por elas. Existe uma percepção de que o centro histórico recebe privilégios, investimentos e atenção, ainda que, objetivamente, essa balança nem sempre funcione dessa forma.

Por isso, acho importante estudar essas populações que transitam, utilizam e até dependem dos centros patrimonializados, mas que não necessariamente moram neles ou têm pleno acesso a eles. Isso é fundamental, inclusive, para a formulação de políticas públicas capazes de compreender esses lugares como espaços múltiplos, diversos e, ao mesmo tempo, singulares. Pois, ao olhar dos moradores, existem várias “Ouro Preto” dentro dessa mesma cidade. E mesmo quem mora no centro antigo, como eu também moro, percebe essas segmentações, porque as políticas públicas e as possibilidades de acesso se distinguem muito.

Por isso, acho extremamente importante estudar essas questões. E existem outras agendas de pesquisa que considero fundamentais: como adequar esses lugares a uma mobilidade universal e irrestrita? Como enfrentar os riscos geológicos e os riscos de desastre? Como incorporar as discussões sobre clima e águas urbanas, entendendo de que forma contribuem para o desenvolvimento, ou para os impasses vividos nesses territórios?

Também precisamos discutir as relações com a infraestrutura de forma mais ampla: saneamento, circulação, acesso e as condições cotidianas de vida. Ou seja, ainda há muitas questões a serem abordadas quando pensamos o território vivido e o cotidiano dessas cidades patrimonializadas.

Em relação à paisagem, entendo muito mais como um elemento de leitura do território. As paisagens de Ouro Preto e de tantos outros lugares não podem ser entendidas apenas como cenário urbano. Elas precisam ser trazidas para dentro da vida cotidiana, da linguagem urbana e do próprio direito que todos temos à cidade.

Isso significa trazer para o âmbito da paisagem outros olhares: não apenas um olhar nostálgico ou descolado da realidade, mas sim uma compreensão da paisagem que faz parte da vida urbana e que merece respeito tendo em vista quem mora nesses locais e os territórios que ainda se preservam. Então, trazer a paisagem para dentro do cotidiano dos nossos lugares me parece fundamental para compreendermos, junto a tantas outras variáveis, aquilo que constitui efetivamente as nossas cidades.

- **Pensando especificamente nas cidades coloniais mineiras, como Ouro Preto, Mariana e outras marcadas, ao mesmo tempo, pelo turismo e pela mineração, como você percebe que o planejamento urbano e as políticas de preservação vêm negociando essas demandas contemporâneas? De que forma essas cidades têm lidado com tensões envolvendo expansão urbana, interesses imobiliários, atividade mineradora, turismo e o próprio direito à cidade?**

Acho que a primeira questão é entender como trazemos esses elementos, turismo, mineração e outras atividades para além de uma leitura estritamente econômica. Na verdade, essas funções atravessam a própria vida cotidiana das cidades. O turismo, por exemplo, atravessa profundamente o cotidiano dos moradores de Ouro Preto. Ele é uma atividade econômica, mas também é uma atividade cultural e social. E, dependendo das políticas adotadas e das formas de gestão, pode trazer grandes benefícios ou, inversamente, grandes problemas.

Não obstante, considero que o turismo é uma atividade bastante compatível com a preservação do patrimônio, desde que esteja condicionado a estratégias de planejamento, gestão e políticas públicas que permitam construir uma relação de respeito entre quem chega e quem recebe. Respeito ao território, às pessoas, aos lugares e também às crenças de quem vive ali, de quem trabalha e constrói cotidianamente a cidade.

O turismo precisa de políticas públicas capazes de criar condições para que quem chega realmente compreenda onde está, estabeleça uma relação mais profunda com o território e não apenas uma experiência rápida e superficial de atravessar os lugares para fotografar, sem desenvolver um vínculo ou respeito mínimos. Mas também é fundamental pensar no morador, para que ele consiga usufruir dos benefícios dessa atividade.

Porque o turismo gera trabalho e renda, mas de uma forma muito particular: ele não se concentra como uma grande indústria ou uma empresa que agrega trabalhadores em um único lugar. É uma atividade que dispersa seus efeitos pelo território, distribuindo oportunidades de maneira fragmentada pela cidade. Não podemos imaginar que a ausência de turismo seria, necessariamente, a melhor solução. Acho que se houver um processo dialógico, uma gestão bem resolvida, planejamento e capacitação para quem recebe os visitantes, é possível que o turismo seja um grande aliado da preservação do patrimônio e também da geração de trabalho e renda para a cidade.

Aqui em Ouro Preto, percebemos alguns momentos em que isso se aproxima da realidade. Existem caminhos, preocupações e debates sobre essas questões, mas, como política pública

consolidada, acredito que ainda não chegamos a soluções plenamente estruturadas. E digo isso pensando em Ouro Preto, embora veja dilemas semelhantes em outras cidades também.

Por outro lado, se o turismo se tornar agressivo, ele pode expulsar a população desses lugares. Existe uma possibilidade de exploração intensiva dos centros antigos, na medida em que concentram um acervo patrimonial valioso e, claro, o dinheiro é capaz de comprar espaços. Em alguns lugares, isso já vem acontecendo de forma muito intensa. Ouro Preto ainda não chegou a esse ponto, mas, se não houver cuidado, esse risco existe.

E, nesses casos, o lugar perde a alma. Perde algo central, que é a cultura das pessoas que vivem ali, aquilo que chamamos de valor imaterial, embora saibamos que material e imaterial estejam profundamente integrados. Quando a população originária é expulsa, perde-se este lugar de alma, de vida e de cotidiano.

Essa é uma discussão antiga: a turistificação por meio do cenário. Isso é muito perverso, porque a cidade passa a funcionar quase como um palco. O visitante chega, percorre o espaço, tira uma fotografia “*instagramável*” e vai embora. Mas não é isso que nós queremos para os nossos lugares, nem para os nossos territórios. E digo “nós” pensando em quem vive aqui, em quem pesquisa e em quem constrói a cidade cotidianamente. Eu não quero isso para os moradores, reduzidos a uma espécie de cenário para quem chega desavisado, mas também não quero isso para o turista. Ninguém quer chegar a um lugar sem alma, sem vida.

No fundo, esse é novamente um debate sobre valor de uso e valor de troca. Enquanto o turismo ainda opera a partir do valor de uso da experiência, da cultura, do encontro com o lugar, ele permanece em um espaço positivo. O problema é quando ocorre uma mudança de chave e ele passa a ser guiado prioritariamente pela lógica do mercado.

A mineração, por sua vez, já nos leva a outra discussão, de veios ainda mais profundos. Afinal, estamos falando de cidades que nasceram da mineração e cuja própria história está atravessada por ela. Nas nossas cidades patrimonializadas, essa história da mineração muitas vezes permanece escondida: nos morros, debaixo da terra e também sob ocupações urbanas e moradias em locais de risco que estão ali porque, diante das circunstâncias, precisaram estar. E digo isso sem qualquer julgamento. Hoje existem movimentos e coletivos que buscam trazer à tona essa história que é fundamental. Mas é importante lembrar: a mineração é, de certa forma, a nossa certidão de nascimento nessas regiões.

A mineração contemporânea estabelece a cada dia uma relação mais complexa não apenas com o território, mas também com as sociedades e com os diferentes patrimônios envolvidos. Quando falamos em patrimônios, no plural mesmo, precisamos pensar tanto no material quanto no imaterial.

À medida que a mineração chega e altera profundamente as relações sociais, ela também desarticula memórias, registros e práticas ainda vivas desse patrimônio intangível. Muitas vezes, aquilo que sustenta a cultura cotidiana dos lugares acaba sendo profundamente impactado.

Em alguns casos, o patrimônio material parece mais protegido, porque continua amparado pelas instituições de preservação, seja pelo IPHAN, pelo IEPHA-MG [Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais] ou pelos municípios. Isso não significa que ele esteja totalmente resguardado, mas, às vezes, consegue sobreviver melhor a determinadas pressões. Nem sempre, claro. Recentemente, por exemplo, houve uma polêmica em um distrito da cidade de Catas Altas, em Morro D'Água Quente, envolvendo intervenções em uma rua tombada pelo município, justamente em função das demandas ligadas ao transporte associado à mineração. Esses conflitos acabam repercutindo diretamente nas nossas cidades e no patrimônio: na circulação de caminhões, na poluição, nas condições urbanas, na vida cotidiana.

E tudo isso repercute também na cultura viva, naquilo que entendemos como fundamental para que os nossos lugares continuem sendo nossos, para que continuem preservando sua alma, sua identidade e seus vínculos cotidianos. Mas sabemos que os impactos da mineração ultrapassam, e muito, a questão patrimonial. Eles atingem as águas, a vegetação e as relações com o ambiente natural, transformando profundamente o território. E acho importante dizer que o patrimônio é apenas uma fatia dos impactos produzidos por esse tipo de atividade, uma atividade que precisa ser repensada e regulamentada.

Chegamos, então, ao extremo do impacto: o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana. Não apenas pelas vidas perdidas, o que por si só já é irreparável, mas pela destruição de lugares inteiros, de tecidos sociais e culturais ao longo do percurso do Rio Doce. O desastre extrapolou qualquer leitura restrita sobre patrimônio, mas também nos obriga a pensar o patrimônio, porque ele igualmente sofre consequências profundas nesses processos.

E aqui há uma questão importante: a gestão municipal sobre a mineração ainda é muito limitada. Grande parte da regulação e da fiscalização permanece concentrada nas esferas estadual e federal. Mas é fundamental que os municípios também tenham um lugar efetivo nessa governança, porque a mineração acontece no território municipal. Quem conhece os problemas do cotidiano é o município.

Por isso, considero essencial que os municípios tenham voz, poder de planejamento, fiscalização e até capacidade de veto em determinadas situações. Isso é especialmente importante em cidades do centro de Minas Gerais, como Mariana, Ouro Preto, Santa Bárbara e Catas Altas, onde a mineração continua sendo uma das atividades centrais e onde ainda temos muitas questões a enfrentar.

- **Ao longo da sua trajetória, como arquiteta, pesquisadora e profissional da preservação, de que modo você observa o desenvolvimento de temas como paisagem cultural, participação comunitária e justiça ambiental? E como você percebe o papel das instituições de preservação, sejam elas municipais, estaduais ou federais, na forma como essas questões vêm sendo incorporadas às políticas e às práticas de gestão dos territórios patrimonializados?**

Acho que ainda somos muito cartesianos; pensamos excessivamente em “caixinhas”. Essa talvez seja uma das grandes dificuldades contemporâneas. A própria ciência vem tentando subjetivar mais certas questões, trabalhar na transversalidade e estabelecer diálogos entre diferentes campos. E penso que há hoje uma tentativa de intersecção entre as diversas temáticas que, no fim das contas, falam do mesmo objeto: o território.

Quando pensamos o território municipal, por exemplo, percebemos que diferentes agentes atuam sobre ele a partir de abordagens pontuais e, muitas vezes, pouco articuladas entre si. Pessoas de instituições distintas, com responsabilidades diferentes, acabam incidindo sobre o mesmo espaço com perspectivas até contraditórias. O que vejo hoje é uma tentativa crescente de diálogo e de transversalização dessas questões, mas ainda com pouca eficácia na prática.

É muito difícil, inclusive para nós, técnicos, gestores ou pesquisadores, sair da nossa própria temática para compreender a do outro, trazer o “vizinho” para dentro da conversa e construir soluções consensuais e factíveis. Ainda vejo um caminho longo a percorrer nesse sentido.

As chamadas “novas questões” que, na verdade, nem são tão novas, mas que hoje se colocam como urgentes tornam isso ainda mais evidente. A questão climática, por exemplo, ainda é um enorme desafio para as nossas cidades; precisamos crer que estamos realmente à beira do colapso. E quando falamos de patrimônio, tudo isso está junto. Como trabalharmos de forma que as instituições compartilhem responsabilidades? Como levar o IPHAN a entender que não adianta trabalhar só a questão do patrimônio se não estiver inserido dentro da dinâmica urbana, do planejamento, da gestão, da compreensão desses lugares como espaços que são únicos? Únicos no sentido em que, junto ao patrimônio, estão: mobilidade, infraestrutura, educação, saúde, lazer, ambiente construído e ambiente natural. Cada vez mais percebemos que já não funciona esse pensamento absolutamente segmentado.

Isso tudo ainda é muito difícil e acho que aparece muito claramente quando tentamos construir um plano diretor. Fazer um plano diretor é, em grande medida, tentar construir uma conversa entre

diferentes secretarias, áreas técnicas e responsabilidades institucionais, além, por óbvio, com a sociedade. É tentar fazer com que cada setor compreenda de que maneira pode contribuir para um território mais equilibrado, capaz de enfrentar conflitos e oferecer melhores condições de vida.

Talvez eu seja otimista, mas acredito que existe, pelo menos, uma mudança de chave no discurso. Já percebemos, entre gestores, pesquisadores e mesmo em alguns setores políticos, uma preocupação crescente em construir esse diálogo e reconhecer que essas temáticas se entrelaçam, se sobrepõem e precisam ser pensadas conjuntamente.

Mas ainda vejo muitas dificuldades, inclusive dentro da própria universidade. Como é difícil interseccionar diversos setores para desenvolver pesquisas que são fundamentais e que atravessam diferentes áreas do conhecimento. Então, se até nos espaços de pesquisa encontramos desafios para construir esses diálogos, é previsível que isso também aconteça na gestão pública. Ainda assim, acredito que há uma compreensão crescente de que os territórios precisam ser vistos em toda a sua complexidade.

- **Gostaria de encerrar te ouvindo sobre uma coisa um pouco diferente do que conversamos até aqui. Falamos muito sobre os desafios das políticas patrimoniais, os conflitos e os limites da gestão e, eles existem, claro. Mas, às vezes, ficamos tão focados no que ainda precisa mudar que esquecemos de olhar para aquilo que funcionou. Ao longo da sua trajetória, houve experiências, projetos ou políticas no campo do patrimônio que você considera realmente sensíveis e potentes para fortalecer memória, pertencimento e a relação das comunidades com esses lugares? Queria te ouvir também sobre aquilo que sente que deu certo.**

Nas últimas décadas, tivemos algumas políticas públicas importantes no campo do patrimônio. Uma delas foi o Programa Monumenta, que começou no final dos anos 1990 e se estendeu pelos anos 2000. O Monumenta tinha um conceito bastante interessante porque não se limitava apenas às ações sobre os monumentos, às obras e restaurações, mas também buscava aproximar o morador desse patrimônio. Havia iniciativas voltadas para pessoas que precisavam manter seus imóveis, mas não tinham condições financeiras, além de ações de educação patrimonial e sensibilização das comunidades em relação ao acervo cultural.

E aqui faço uma ressalva que considero importante: tento evitar a ideia de que o Estado ou as políticas públicas tenham a capacidade de “conscientizar” as pessoas. Não compartilho dessa concepção. Acho que podemos informar, sensibilizar, construir ações consensuais, mas cada pessoa

tem consciência do seu próprio lugar no território que, antes de ser território das instituições, é território das pessoas.

O Monumenta foi uma política pública relevante, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e teve aspectos interessantes de gestão. Ainda assim, penso que seus resultados poderiam ter sido melhores. Houve experiências positivas, especialmente no campo da educação patrimonial, mas acredito que o potencial era maior do que aquilo que efetivamente se consolidou.

Em Ouro Preto, lembro também de um projeto bastante interessante desenvolvido numa parceria entre o IPHAN, a UFOP [Universidade Federal de Ouro Preto] e a FAOP [Fundação de Arte de Ouro Preto], em certo momento, conhecido como *Sentidos Urbanos*. Não era um grande projeto, mas muito significativo, que buscava construir novos olhares sobre a cidade, para além da monumentalidade e da narrativa histórica tradicional. A proposta era estimular uma percepção mais sensível dos lugares, a partir da vivência, da experiência cotidiana e dos sentidos. Pequenos grupos, escolas e moradores participaram desse processo durante um bom tempo, e considero que foi uma experiência muito rica de educação patrimonial.

Também tivemos outras experiências importantes de extensão no IFMG, junto com a FAOP. Um desses projetos foi chamado inicialmente de *Laboratório de restauro*, no qual os alunos realizavam levantamentos de imóveis de valor cultural pertencentes a famílias de baixa renda, buscando possibilidades futuras de financiamento para conservação e recuperação desses bens. Porém, o mais importante era o processo: aproximar os moradores da compreensão do valor de seus próprios imóveis, tornando visível a importância desses espaços no cotidiano das pessoas. Esse projeto passou por diferentes versões e continua existindo de outras formas.

O que sempre me chamou atenção nessa experiência foi o quanto também transformava a formação dos próprios restauradores. Os alunos passavam a olhar para imóveis simples, da vida comum, entendendo que eles também merecem respeito, cuidado e preservação. E, principalmente, começavam a compreender melhor as dificuldades cotidianas enfrentadas pelas pessoas responsáveis por esses lugares e os sentidos que elas atribuem a eles.

Lembro ainda de outro projeto de extensão, realizado em parceria entre o IFMG, IPHAN e UFOP, em bairros periféricos de Ouro Preto e conhecido como *Diálogos sobre o Patrimônio*. A proposta era levar os alunos para dentro das comunidades e discutir com os moradores o que era importante para eles em termos de memória, patrimônio, reconhecimento e pertencimento. A partir dessas conversas, eram desenvolvidas ações como registros em fotografias e vídeos, entrevistas, atividades culturais e iniciativas de lazer que ajudavam a fortalecer a relação das pessoas com seus

próprios territórios. O projeto durou cerca de dois anos e, embora fosse uma ação pontual, teve resultados muito interessantes.

Essas experiências talvez sejam pequenas quando vistas isoladamente, mas acredito muito no seu efeito cumulativo. O somatório dessas ações pode, sim, produzir mudanças importantes na relação das pessoas com o patrimônio e também na relação entre comunidades e instituições. E, certamente, existem muitas outras experiências relevantes em Ouro Preto.

Agradeço imensamente pela disponibilidade, pela generosidade da conversa e pelas reflexões compartilhadas ao longo desta entrevista.

Eu que agradeço. E sigo à disposição para continuarmos esta conversa, sempre que necessário.

Entrevista realizada por videochamada no dia 28 de maio de 2026. A transcrição foi revisada e editada para fins de clareza textual, preservando o conteúdo e a oralidade da entrevistada. Agradecemos à arquiteta Cristina Simão pela disponibilidade e generosidade na conversa.